



## Análise do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural nas Contratações de Apólices para Culturas de Soja no Brasil

### **Amanda da Silva**

Graduada em Ciências Atuariais e em Ciência e Economia pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG).

[amandadasilva10@hotmail.com](mailto:amandadasilva10@hotmail.com)

### **Bruna Goulart**

Graduada em Engenharia Agrônômica pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Corretora de Seguros habilitada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), Master in Business Administration (MBA) em Gestão Empresarial pelo Centro Universitário de Viçosa (Univiçosa).

[contato@infosegurorural.com](mailto:contato@infosegurorural.com)

### **Wesllay Carlos Ribeiro**

Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica (PUC Minas), Mestre em Direito pela Universidade Estácio de Sá (UNESA) e docente do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG).

[wesllay.ribeiro@unifal-mg.edu.br](mailto:wesllay.ribeiro@unifal-mg.edu.br)

### **Resumo**

---

O objetivo desta pesquisa é analisar o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) para as apólices contratadas para a cultura de soja no Brasil entre os anos de 2015 e 2020. Os dados utilizados foram retirados do Atlas do Seguro Rural, plataforma elaborada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). O estudo consistiu na organização dos dados em gráficos e tabelas, bem como na realização de uma análise descritiva, em que foi possível concluir que o PSR tem contribuído para a contratação de apólices para a cultura de soja, pois à medida que o Governo Federal eleva o montante de recursos disponibilizado para a subvenção, ocorre um aumento também nos demais indicadores do programa. Contudo, ainda há uma grande discrepância entre às áreas com plantações de soja e as áreas seguradas pelo PSR. Além disso, os recursos viabilizados por meio de subvenção estão concentrados na Região Sul do Brasil, nos estados do Paraná e Rio Grande do Sul.

### **Palavras-Chave**

---

PSR. Subvenção. Cultura de soja.

### **Sumário**

---

1. Introdução. 2. Referencial teórico. 2.1 A importância do agronegócio. 2.2 Os riscos no agronegócio e as falhas de mercado. 2.3 O seguro rural como instrumento de política agrícola. 2.3.1 Planos e programas públicos federais. 2.4 A produção de soja e o PSR. 3. Metodologia. 4. Análise de resultados. 5. Considerações finais. 6. Referências bibliográficas.



## **Abstract**

---

### **Analysis of the Subsidy Program for the Rural Insurance Premium in the Contracting of Policies for Soy Crops in Brazil**

## **Summary**

---

The objective of this research is to analyze the Subsidy Program for the Rural Insurance Premium (PSR) for policies taken out for the soybean crop in Brazil between the years 2015 and 2020. The data used were taken from the Atlas of Rural Insurance, a platform developed by the Ministry of Agriculture, Livestock and Supply (MAPA) and by the National Supply Company (CONAB). The study consisted of organizing the data in graphs and tables, and conducting a descriptive analysis, in which it was possible to conclude that the PSR has contributed to the contracting of policies for the soybean crop, as the Federal Government raises the in the amount of resources made available for the subsidy, there is also an increase in the other indicators of the program. However, there is still a big discrepancy between the areas with soy plantations and the areas insured by the PSR. In addition, the resources made available through grants are concentrated in the southern region of Brazil, in the states of Paraná and Rio Grande do Sul.

## **Keywords**

---

PSR. Grant. Soybean Crop.

## **Contents**

---

1. Introduction. 2. Theoretical framework. 2.1 The importance of agribusiness. 2.2 Agribusiness risks and market failures. 2.3 Rural insurance as an instrument of agricultural policy. 2.3.1 Federal public plans and programs. 2.4 Soybean production and PSR. 3. Methodology. 4. Analysis of results. 5. Final considerations. 6. Bibliographic references.



## **Sinopsis**

---

### **Análisis del programa de subsidios a la prima del seguro rural en la contratación de pólizas para el cultivo de soja en Brasil**

## **Resumen**

---

El objetivo de esta investigación es analizar el Programa de Subsidios a la Prima del Seguro Rural (PSR) para las pólizas contratadas para el cultivo de soja en Brasil entre los años 2015 y 2020. Los datos utilizados fueron tomados del Atlas de Seguros Rurales, un plataforma desarrollada por el Ministerio de Agricultura, Ganadería y Abastecimiento (MAPA) y por la Empresa Nacional de Abastecimiento (CONAB). El estudio consistió en organizar los datos en gráficos y tablas, y realizar un análisis descriptivo, en el cual se pudo concluir que el PSR ha contribuido a la contratación de pólizas para el cultivo de soja, ya que el Gobierno Federal recauda la cantidad de recursos realizados. disponible para el subsidio, también hay un aumento en los otros indicadores del programa. Sin embargo, aún existe una gran discrepancia entre las áreas con plantaciones de soja y las áreas aseguradas por el PSR. Además, los recursos disponibles a través de donaciones se concentran en la región sur de Brasil, en los estados de Paraná y Rio Grande do Sul.

## **Palabras-Clave**

---

PSR. Conceder. Cultivo de soja.

## **Sumario**

---

1. Introducción. 2. Marco teórico. 2.1 La importancia de la agroindustria. 2.2 Riesgos de la agroindustria y fallas del mercado. 2.3 El seguro rural como instrumento de política agraria. 2.3.1 Planes y programas públicos federales. 2.4 Producción de soja y PSR. 3. Metodología. 4. Análisis de resultados. 5. Consideraciones finales. 6. Referencias bibliográficas.



## 1. Introdução

O setor do agronegócio se desenvolve em um ambiente de elevado risco e os participantes estão expostos a perdas de rendimentos devido aos eventos climáticos, pragas e doenças; perdas durante o armazenamento e o transporte, além de variações nos preços de mercado. Ocorrem também perdas catastróficas que representam problemas financeiros desafiadores, até mesmo para os grandes produtores rurais (HESS; HAZELL; KUHN, 2015). Essas questões são intrínsecas ao agronegócio e geram oscilações na renda do setor. Tais oscilações são enfrentadas por políticas de apoio ao gerenciamento de riscos (MAPA, 2021).

Um adequado gerenciamento de riscos pode acarretar uma estabilidade da renda do produtor e a sua permanência na atividade, podendo se dar principalmente por meio da contratação do seguro rural, sendo este um importante mecanismo de mitigação dos efeitos econômicos devido à exposição aos riscos e proteção da renda, que atua na amenização das perdas e recuperação da capacidade financeira do produtor quando há eventos causadores de sinistros (MAPA, 2021).

Contudo, a experiência internacional demonstra que o mercado de seguros rurais não se consolida sem a participação do Estado, devido principalmente aos problemas oriundos dos elevados investimentos e custos administrativos, à possibilidade de catástrofes e à assimetria de informações. Com isso, demanda-se a atuação do poder público neste mercado, no papel de seguradora ou por meio da elaboração de programas públicos federais (MAPA, 2021).

Em 2003 foi criado o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), em que foi autorizada a concessão de subvenção aos produtores rurais em percentual ou valor de prêmio (BRASIL, 2003). Apesar de seus propósitos variados, todos os subsídios de seguros buscam reduzir os efeitos econômicos, devido à exposição ao risco, e auxiliam no aumento da demanda pelos seguros (HAZELL; SBERRO-KESSLER; VARANGIS, 2017).

De acordo com os dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2021), em todos os anos do programa percebe-se que a cultura de grãos possui destaque no montante de recursos disponibilizado para a subvenção, sendo a soja a cultura responsável pela maior concentração. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é analisar o PSR nas contratações de apólices para a cultura de soja no Brasil no período de 2015 a 2020. O ano inicial de análise foi escolhido com base na maior redução da subvenção federal desde o início do programa. Entre os anos de 2014 e 2015, o corte orçamentário foi de cerca de R\$ 400 milhões. Com isso, o objetivo principal desta pesquisa é observar os resultados do PSR nos anos subsequentes, com intenção de verificar a abrangência do programa e suas melhorias ao longo dos anos.



## **2. Referencial teórico**

### **2.1 A importância do agronegócio**

O discurso do Estado de que o desenvolvimento do País estaria ligado inteiramente ao processo de industrialização foi observado durante algumas décadas. Porém, fica claro que, em vários países, inclusive aqueles ditos industrializados, como é o caso do Brasil, a agricultura representa um fator importante para o crescimento da economia em geral. Logo, a indústria não sobrevive sem o campo (GOUVEIA, 2016). Segundo Buainain e Silveira (2017), em 2015 esse setor movimentou mais de US\$ 70 bilhões em exportações, representando cerca de 46% do total das exportações do Brasil, além de responder por quase 23% do PIB e 33% dos empregos. No que se refere ao mercado de trabalho, segundo a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA, 2021), a agropecuária teve em 2020 a maior geração de empregos dos últimos dez anos, sendo o terceiro setor na classificação, ficando atrás apenas das áreas de construção e indústria geral.

Devido à abrangência que o agronegócio possui, torna-se importante citar os pontos fortes e fracos desse mercado. Como pontos fortes, tem-se foco na questão da disponibilidade de terras e clima favorável, além do desenvolvimento tecnológico. Por outro lado, como ponto fraco, pode-se apontar a logística, que engloba o transporte, a armazenagem e os portos (ENS, 2020).

Em relação à disponibilidade de terras, de acordo com os dados da Embrapa (2017), apenas 7,8% da área agricultável eram cobertos com lavouras no ano de 2017. Em contrapartida, apesar do clima favorável, a atividade continua exposta a eventos climáticos, um dos principais riscos do agronegócio. Ainda, podem acarretar prejuízos tanto para os produtores rurais que, muitas vezes, possuem a produção rural como fonte única de proventos, além dos demais setores, que também dependem do seu bom funcionamento.

### **2.2 Os riscos no agronegócio e as falhas de mercado**

O agronegócio está sujeito a diversas categorias de riscos, sendo um dos mais impactantes relacionado aos fatores climáticos. Uma frustração de safra devido a um evento climático adverso tem efeitos sistêmicos e atinge simultaneamente vários produtores rurais em uma mesma localidade, potencializando o impacto negativo (BUAINAIN; SILVEIRA, 2017).

De acordo com Buainain e Silveira (2017), os riscos envolvidos no agronegócio podem ser divididos de acordo com os fatores originários ou com as naturezas. Sob a análise dos riscos pelas suas origens, os elementos geradores podem ser internos ou externos ao processo produtivo. Em contrapartida, em relação às naturezas, podem ser divididos em riscos de produção, de mercado ou do ambiente de negócio.



Além dos riscos envolvidos nessa atividade, existem também algumas falhas de mercado que inibem a formação de mercado de seguros, como a informação assimétrica, a seleção adversa e o risco moral.

Como o agronegócio está sujeito aos riscos, conforme mencionado anteriormente, torna-se importante a utilização de ferramentas para mitigação dos efeitos econômicos devido à possível exposição. O seguro rural é um dos mais utilizados instrumentos de política agrícola, gerando, portanto, uma melhor alocação de recursos nessa atividade (BEZERRA *et al.*, 2017).

Em relação à precificação dos seguros rurais, o processo não é fixo no mercado pela oferta e demanda, mas sim calculado pelas seguradoras através de metodologias adequadas. A precificação depende de séries históricas relativamente longas de produtividade, por propriedade rural e da ausência de erros de medida (OZAKI, 2010). Contudo, existe uma dificuldade na obtenção de informações históricas. As bases de dados de alguns estados são mais completas, o que contribui no momento da precificação dos seguros nessas regiões, tornando possível um prêmio justo devido à capacidade da seguradora de mensurar os riscos que por ela serão assumidos.

O estudo realizado por Ozaki (2010) teve como objetivo examinar o motivo da concentração do estado do Paraná no montante de recursos disponibilizado pelo Governo para o PSR. A análise foi efetuada por meio de dados históricos do Paraná em comparação aos do Mato Grosso. O autor concluiu que o entrave para expansão do seguro rural não se restringe apenas aos riscos relativos, mas à inexistência de uma base de dados consolidada. O Paraná, no ano analisado, possuía riscos maiores se comparados ao Mato Grosso, porém a base de dados daquele estado não demonstrava ter tantas informações faltantes como os dados históricos do Mato Grosso, sendo um dos motivos para que o PSR estivesse mais concentrado naquela primeira localidade citada.

Complementando o estudo, a baixa participação do Mato Grosso ocorre também porque o estado é o que possui mais propriedades rurais acima de 10 mil hectares, os chamados latifúndios (PINA, 2018). Seus produtores rurais, como detêm extensas áreas agricultáveis, optam por não efetuar a contratação do seguro rural, devido ao elevado custo. Com isso, preferem assumir os efeitos econômicos dos riscos, desembolsando recursos em casos de eventuais sinistros.



### **2.3 O seguro rural como instrumento de política agrícola**

De acordo com a definição da Superintendência de Seguro Privados (SUSEP), o seguro é um mecanismo pelo qual se transfere uma despesa futura e incerta (prejuízo de valor elevado) por uma despesa antecipada e em um valor certo e relativamente menor (prêmio). Esse mecanismo é utilizado para proteção dos bens e patrimônios dos segurados, pois mediante o pagamento de um prêmio, na ocorrência de um sinistro há o recebimento de uma indenização.

O seguro rural oferece coberturas que atendem os produtores e suas famílias, as produções rurais, as gerações de garantias aos financiadores e os demais interessados nas transferências de riscos para o segurador. Com isso, pode ser dividido nas seguintes modalidades: agrícola, pecuário, aquícola, benfeitorias e produtos agropecuários, penhor rural, florestas, vida e cédula do produto rural.

O seguro rural se iniciou no País no final da década de 1930, no estado de São Paulo, quando foi instituído o seguro obrigatório contra granizo para as lavouras de algodão (PIMENTEL, 2017). Entretanto, apesar de o seguro rural estar presente há muitos anos, ainda não é muito utilizado no Brasil. Em 2016, menos de 10% da produção era coberta pelo seguro, devido majoritariamente ao alto custo envolvido (GOUVEIA, 2016).

#### **2.3.1 Planos e programas públicos federais**

Principalmente por causa do alto custo envolvido nos seguros rurais e dos riscos a que o agronegócio está exposto, conforme citado anteriormente, torna-se fundamental a elaboração dos planos e programas públicos federais e a melhoria contínua dos já existentes.

O PSR é de responsabilidade do MAPA e surgiu por meio da Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003, em que foi autorizado ao Poder Executivo conceder subvenção econômica em percentual ou valor do prêmio. As subvenções podem ser concedidas apenas para as modalidades de seguro agrícola, pecuário, florestas e aquícola (BRASIL, 2003). O montante de recursos que será disponibilizado para tal e os percentuais para cada um dos grupos de atividades que podem ser beneficiados pelo PSR são definidos em um Plano Trienal do Seguro Rural (PTSR), instituído pelo Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural (CGSR).

Segundo informações dos indicadores do Atlas do Seguro Rural do MAPA (2021), percebe-se que na maioria dos anos desde o surgimento do programa ocorreram aumentos nos montantes de recursos destinados à subvenção. Entretanto, a maior redução ocorreu entre 2014 e 2015, no valor de R\$ 400 milhões. No ano inicial, R\$ 689 milhões foram direcionados à subvenção federal. Em contrapartida, o montante de recursos para esse tipo de benefício em 2015 foi de apenas R\$ 276 milhões, inicialmente definido em R\$ 505 milhões pelo Plano Trienal 2013-2015. A instabilidade orçamentária, além minorar a confiança dos produtores rurais frente ao PSR, compromete a eficácia e o cumprimento dos objetivos do programa.



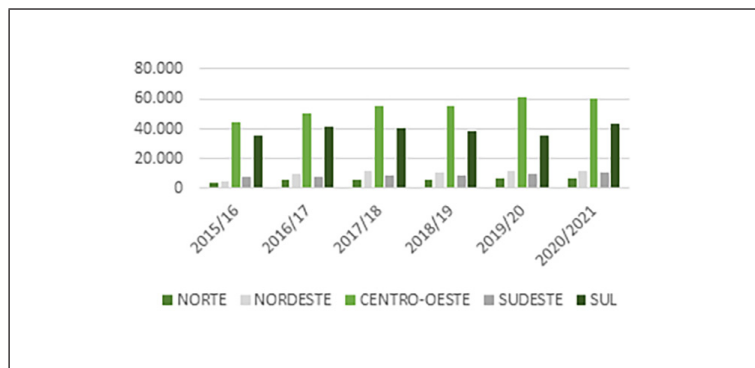
De acordo com os dados do MAPA (2021), a cultura de grãos possui destaque no montante disponibilizado para subvenção desde o início do PSR, tendo em média 75% do total de recursos por ano analisado. Além disso, em 2020, cerca de R\$ 765 milhões dos benefícios foram destinados à cultura de grãos, representando 86% do total dos recursos. O montante de recursos destinados à subvenção de grãos nesse ano, R\$ 435 milhões, que correspondem a cerca de 56%, foi utilizado, ainda, para a contratação de apólices agrícolas para a soja, cultura expressiva desde o surgimento do PSR.

## 2.4 A produção de soja e o PSR

Oliveira (2020), citando dados da *Food and Agriculture Organization* (FAO), expôs que a soja possui relevo no agronegócio mundial, sendo o quarto grão mais produzido e consumido no mundo. Foram produzidas cerca de 362 milhões de toneladas na safra de 2016-2017, e essa cultura ficou atrás apenas das produções de milho, trigo e arroz. Na classificação mundial referente à produção de soja, o Brasil é o segundo maior fornecedor, com 32,5% da produção, ficando atrás apenas dos EUA, que possuem 33,9%.

No Gráfico 1 está ilustrada a série histórica da produção de soja nas regiões do Brasil. As informações estão disponibilizadas na unidade mil toneladas, e são referente às safras de 2015 a 2020.

**Gráfico 1** – Série Histórica de Produção de Soja nas Regiões do Brasil entre 2015-2020 (em mil toneladas)



Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados do MAPA.





Pela análise das informações contidas, é possível notar que há uma grande discrepância entre as regiões, e os maiores volumes de produções de soja se encontram na Região Centro-Oeste. Efetuando-se uma análise mais profunda dos dados disponibilizados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), é possível notar que o estado do Mato Grosso possui destaque na produção da Região Centro-Oeste, representando cerca de 58% da produção dessa localidade no ano de 2020, e os estados do Paraná e Rio Grande do Sul, cada um, significam mais de 45% do total produzido na Região Sul no mesmo ano.

Como há uma grande produção de soja no Brasil, principalmente nas Regiões Centro-Oeste e Sul, torna-se importante a análise da participação da soja no PSR. A cultura corresponde ao grupo de grãos de verão, tendo a possibilidade de contratação de apólices com a cobertura Riscos Nomeados ou Multirrisco.

### 3. Metodologia

Nesta pesquisa será efetuada uma análise exploratória dos dados fornecidos por sites governamentais para analisar o PSR na contratação de apólices para cultura de soja no Brasil, no período entre os anos 2015 e 2020, devido ao corte orçamentário de cerca de R\$ 400 milhões em 2015, se comparado ao ano de 2014. Portanto, busca-se, por meio desse estudo, analisar possíveis avanços nos anos subseqüentes do PSR.

Os dados foram retirados do Atlas do Seguro Rural, plataforma elaborada pelo MAPA, sendo os indicadores referentes ao PSR, e do site da Conab, que contém informações sobre as produções de soja.

As variáveis consistem principalmente em subvenção federal (em R\$ milhões), número de produtores, número de apólices, área segurada (em hectares), importância segurada (em R\$ milhões) e área com plantações de soja (em hectares).

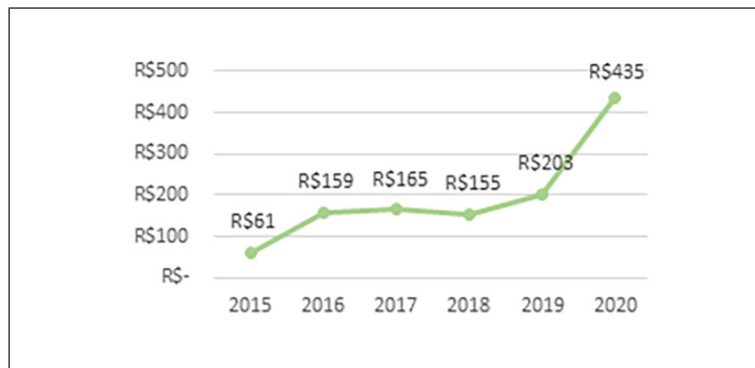
Esta pesquisa consistiu na organização dos dados em gráficos e tabelas, e a realização de uma análise descritiva, que será apresentada na próxima seção.



#### 4. Análise de resultados

Por meio do Gráfico 2, verifica-se o montante de recursos disponibilizado para subvenção de apólices de soja entre os anos analisados na unidade R\$ milhões.

**Gráfico 2** – Total de recursos para subvenção de soja entre 2015 e 2020 (em R\$ milhões)

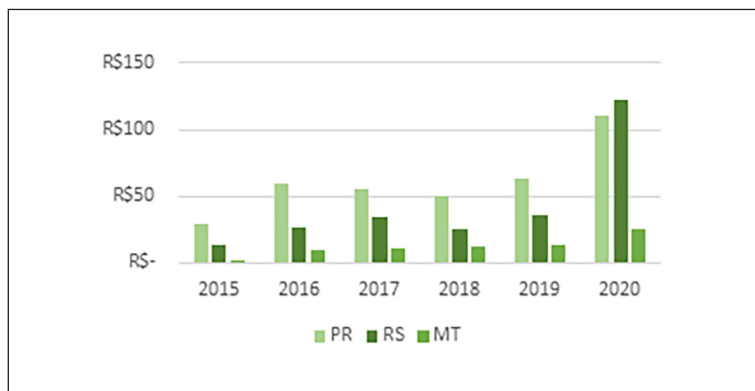


Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados do MAPA.

Percebe-se, pela análise do Gráfico 2, que entre 2016 e 2018 não houve grandes alterações nos valores de subvenção. Contudo, a alteração mais significativa foi no último ano analisado, em que o montante de recursos utilizados na contratação de apólices de soja foi praticamente o valor revertido para todas as culturas no ano de 2019.

O Gráfico 3 ilustra o total de recursos destinado à subvenção de soja no período de 2015 a 2020 nos três maiores estados brasileiros produtores de soja. As informações estão na unidade R\$ milhões.

**Gráfico 3** – Distribuição da subvenção nos três maiores estados brasileiros produtores de Soja entre 2015 e 2020 (em R\$ milhões)



Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados do MAPA.

Nota-se que o Paraná é proeminente, se comparado aos demais estados, tendo apenas no último ano exposto um montante inferior ao do Rio Grande do Sul. Já o Mato Grosso, apesar de ser o maior produtor de soja do Brasil, não possui uma participação considerável no PSR nos anos verificados, frente aos outros dois estados.

Complementando a análise anterior, a Tabela 1 ilustra a distribuição percentual da subvenção de soja nos estados brasileiros no período em questão, com foco nos três maiores estados produtores de soja, já citados anteriormente. Para facilitar observações, os demais estados foram unificados em uma única categoria.

**Tabela 1** – Distribuição percentual da subvenção de soja nos estados entre 2015 e 2020

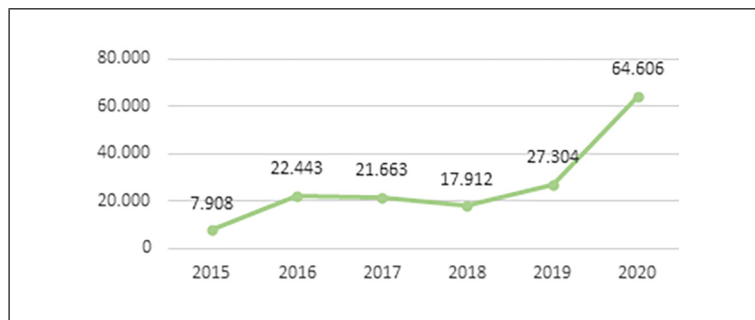
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
<b>PR</b>	48%	37%	34%	33%	31%	25%
<b>RS</b>	22%	17%	20%	16%	18%	28%
<b>MT</b>	2%	6%	6%	8%	6%	6%
<b>OUTROS</b>	28%	40%	40%	43%	45%	41%

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados do MAPA.

Portanto, percebe-se que os estados do Paraná e Rio Grande do Sul possuem uma considerável participação nos recursos para subvenção ao longo desses anos. No último ano analisado, esses percentuais foram de 25% e 28% no Paraná e Rio Grande do Sul, respectivamente. Ou seja, 53% do total de recursos de 2020 foram destinados aos dois estados da Região Sul.

O Gráfico 4 ilustra o número de produtores rurais de soja beneficiados com a subvenção do PSR nos anos analisados.

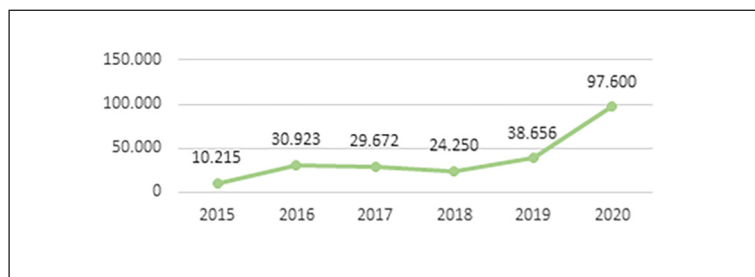
**Gráfico 4** – Número de produtores de soja beneficiados pelo PSR entre 2015 e 2020



Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados do MAPA.

No Gráfico 5 é possível verificar a quantidade de apólices agrícolas para cultura de soja que usufruíram da subvenção durante os anos em questão.

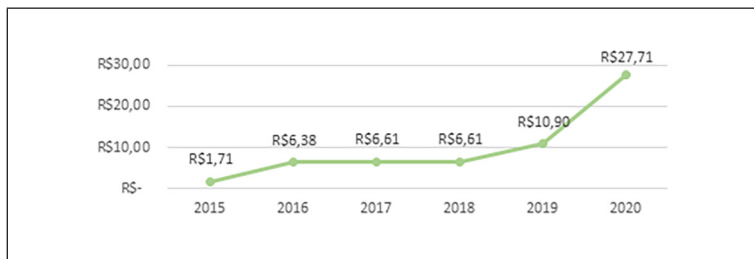
**Gráfico 5** – Números de apólices de soja com subvenção entre 2015 e 2020



Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados do MAPA.

O Gráfico 6 ilustra a importância segurada referente às apólices de soja entre os anos aqui citados, e as informações estão na unidade R\$ milhões.

**Gráfico 6** – Importância segurada das apólices de soja entre 2015 e 2020 (em R\$ bilhões)

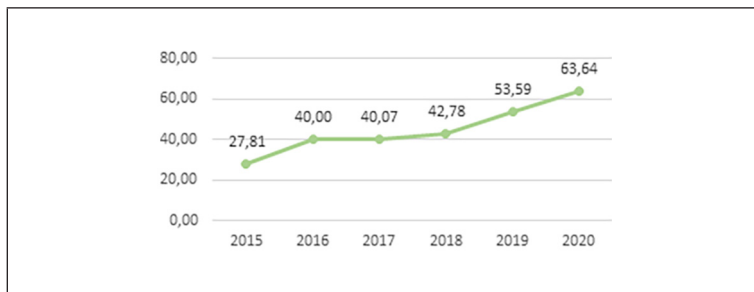


Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados do MAPA.

Com isso, percebe-se que as alterações mais consideráveis ocorreram entre 2019 e 2020, com esse último ano apresentando 64.606 produtores beneficiados por meio de subvenção, através de 97.600 apólices contratadas, significando uma importância segurada de R\$ 27,71 bilhões.

No Gráfico 7 é possível verificar a alavancagem do PSR para cultura de soja entre os anos 2015 e 2020. Essa variável é calculada pelo quociente entre a importância segurada e o montante disponibilizado para subvenção federal.

**Gráfico 7** – Alavancagem do PSR para culturas de soja entre 2015 e 2020 (em R\$)



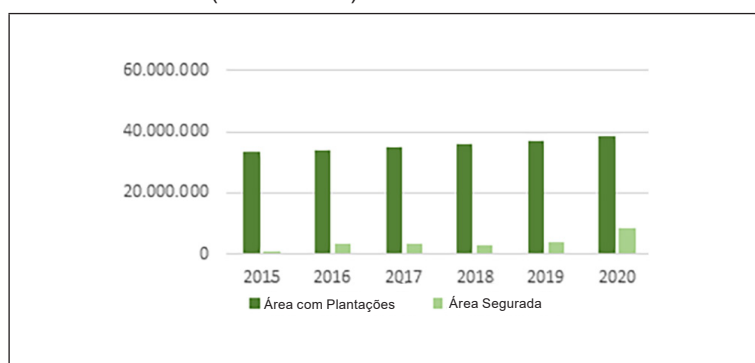
Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados do MAPA.



Em 2015, a alavancagem do PSR foi de 27,81, indicando que cada R\$ 1 investido em subvenção da cultura de soja resultou, em média, em uma importância segurada de R\$ 27,81 nesse ano. No último ano analisado, a alavancagem do PSR foi de 63,64, indicando que, para cada R\$ 1 investido em subvenção para soja, foi gerada uma importância segurada de R\$ 63,64.

Os dados referentes à área com plantações de soja e à área segurada pelo PSR para os anos analisados estão ilustradas no Gráfico 8. As informações contidas encontram-se na unidade hectares.

**Gráfico 8** – Área com plantações de soja e área segurada pelo PSR entre 2015 e 2020 (em hectares)



Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados do MAPA e Conab.

É possível notar que há uma grande discrepância entre as áreas com plantações de soja e as áreas seguradas pelo PSR. Entre 2019-2020 houve um aumento tanto na área com plantações de soja quanto na área segurada pelo PSR, representando 22%. Portanto, nesse último ano, não houve seguros para cerca de 78% da área com plantações de soja por meio de recursos do PSR. Isso pode ter ocorrido sem a subvenção federal ou por inserção no Proagro, ou não foram contratadas apólices de seguros para coberturas de eventuais sinistros.

A Tabela 3 ilustra a área com plantações de soja e a área segurada pelo PSR entre os anos 2015 e 2020 no estado do Paraná e Rio Grande do Sul, que possuem a maior representatividade no montante de recursos disponibilizados para subvenção nos anos analisados.

**Tabela 3** – Área com plantações de soja e área segurada pelo PSR nos estados do Paraná e Rio Grande do Sul entre 2015 e 2020 (em hectares).

Ano	Estados	Área com Plantações	Área Segurada	%
2015	RS	5.455.000	188.964	3%
	PR	5.451.300	441.814	8%
2016	RS	5.569.600	464.463	8%
	PR	5.249.600	1.047.939	20%
2017	RS	5.692.100	538.780	9%
	PR	5.464.800	990.060	18%
2018	RS	5.777.500	364.060	6%
	PR	5.437.500	789.448	15%
2019	RS	5.901.800	573.023	10%
	PR	5.502.700	1.124.423	20%
2020	RS	6.055.200	1.872.899	31%
	PR	5.601.700	2.067.135	37%

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados do MAPA e Conab.

Por meio desse gráfico, percebe-se que ocorre a mesma situação apontada anteriormente. Entretanto, é possível notar que a representatividade das áreas seguradas pelo PSR no último ano analisado nos dois estados é maior do que a representatividade geral.



## 5. Considerações finais

O seguro rural é uma ferramenta de mitigação de riscos imprescritível para manter o funcionamento do agronegócio, entretanto, de acordo com a experiência internacional, esse mercado não se consolida sem a participação do Estado. Com isso, o Governo Federal atua na elaboração e manutenção dos planos e programas públicos federais, como o PSR.

Conclui-se, por meio desta pesquisa, que os aumentos nos recursos para subvenção foram mais consideráveis a partir de 2019, tendo no ano de 2020 um montante de recursos disponibilizados para a subvenção de soja maior que o total destinado para todas as modalidades em 2019. Essa elevação da subvenção, principalmente nesses dois anos, acarretou um aumento também nos demais indicadores do PSR, o que mostra que o programa tem contribuído positivamente na contratação de apólices para a cultura de soja.

Contudo, ao efetuar a análise da distribuição dos recursos para subvenção nos estados brasileiros, percebe-se que em todos os anos analisados a concentração ocorre apenas na Região Sul do Brasil, sendo no Paraná e no Rio Grande do Sul, áreas que possuem também elevada produção de soja. O Paraná possui subvenção também pela esfera estadual, fato que não ocorre com o Rio Grande do Sul. Porém, em ambos os estados existe uma cultura dos produtores rurais em efetuar a contratação do seguro devido a uma maior exposição aos riscos de intempéries climáticas.

O estado do Mato Grosso, apesar de ser o maior produtor de soja do Brasil, possui pouca participação nos recursos destinados à subvenção em todos os anos. As causas para esse acontecimento não foram analisadas profundamente neste trabalho, mas conforme citado anteriormente, já foi elaborado um estudo referente à falta de informações históricas dos municípios dessa localidade. Entretanto, por ser um trabalho mais antigo, seria necessária uma nova análise para verificar se essa situação permanece. Os produtores desse estado também não possuem a cultura de efetuar o seguro agrícola, pois consideram a volatilidade do clima pouco significativa e são grandes produtores rurais, que optam por assumir os efeitos econômicos devido à exposição aos riscos.

Por meio desta pesquisa conclui-se que o PSR tem contribuído na contratação de apólices de soja, pois à medida que o Governo Federal eleva o montante de recursos disponibilizado para a subvenção, ocorre um aumento também nos demais indicadores do programa. Entretanto, comparando-se a área segurada pelo programa e a área com plantações de soja percebe-se que existe uma discrepância. Em 2020, apenas 22% da área com plantações de soja foi segurada com a subvenção federal. Isso mostra que, mesmo com o aumento da subvenção federal ao longo dos anos analisados, o programa ainda possui baixa abrangência.





Efetuando-se também uma análise da área com plantações e a área segurada pelo PSR no Paraná e no Rio Grande do Sul, estados que possuem grande concentração no programa nos anos analisados, nota-se que, apesar de em 2020 apenas 22% [de quê?] terem sido seguradas pelo PSR, 31% da área com plantações do Rio Grande do Sul e 37% do Paraná foram seguradas, o que mostra que o PSR possui uma influência maior nesses estados do que a análise geral.

Por fim, é importante mencionar que o estudo está limitado ao PSR e, para uma análise completa referente ao seguro agrícola para cultura de soja, torna-se necessário obter a base de dados da SUSEP, referente aos seguros que foram contratados sem a subvenção e os dados do Proagro. Com essas informações seria possível verificar se as áreas que não foram seguradas pelo PSR entre os anos 2015 e 2020 foram protegidas com o seguro rural e sem a subvenção, ou com o Proagro, estando, portanto, protegidas em casos de eventuais sinistros.

## 6. Referências bibliográficas

BEZERRA, A. *et al.* O seguro rural como opção de garantia contra os riscos da atividade rural no contexto do mercado de seguros. **Revista Magsul de Administração e Contabilidade**, v. 2, n.1 p. 77-96, 2017.

BRASIL. Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.823.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.823.htm). Acesso em: 06 fev. 2021.

BUAINAIN, A.; SILVEIRA, R. **Manual de avaliação de riscos na agropecuária**: um guia metodológico. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Escola Nacional de Seguros, 2017.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Conab. **Site**. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/>. Acesso em: 06 fev. 2021.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL. CNA. Agropecuária tem a maior geração de emprego dos últimos 10 anos. **Comunicado técnico**. 2021. Disponível em: [https://www.cnabrazil.org.br/assets/arquivos/artigostecnicos/Comunicado-Tecnico-CNA-ed-02\\_2021.pdf](https://www.cnabrazil.org.br/assets/arquivos/artigostecnicos/Comunicado-Tecnico-CNA-ed-02_2021.pdf). Acesso em: 06 fev. 2021.

ESCOLA DE NEGÓCIOS E SEGUROS. ENS. **Seguros de riscos rurais e equipamentos rurais**. 4. ed. Rio de Janeiro: ENS, 2020.

GOUVEIA, F. **Desafios e oportunidades para o seguro rural no Brasil**. 2016. 55f. Trabalho apresentado para obtenção parcial do título de Especialista em Agronegócio, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

HAZELL, P; SBERRO-KESSLER, R; VARANGIS, P. **When and how should agricultural insurance be subsidized?** Issues and good practices. 2017. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/330501498850168402/pdf/When-and-How-Should-Agricultural-Insurance-be-Subsidized-Issues-and-Good-Practices.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2021.



HESS, U; HAZELL, P; KUHN, S. **Innovations and emerging trends in agricultural insurance**. How can we transfer natural risks out of rural livelihoods to empower and protect people? Bonn/ Eschborn: GIZ, 2016. Disponível em: [https://www.giz.de/de/downloads/giz-2016-en-innovations\\_and\\_emerging\\_trends-agricultural\\_insurance.pdf](https://www.giz.de/de/downloads/giz-2016-en-innovations_and_emerging_trends-agricultural_insurance.pdf). Acesso em: 06 fev. 2021.

LIMA, J. NASA confirma dados da Embrapa sobre área plantada no Brasil. **EMBRAPA**. 20 dez. 2017. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/30972114/nasa-confirma-dados-da-embrapa-sobre-area-plantada-no-brasil>. Acesso em: 06 mar. 2021.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. MAPA. **Programa de Seguro Rural**. [2021]. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/riscos-seguro/seguro-rural>. Acesso em: 06 fev. 2021.

OLIVEIRA, L. **Impactos das mudanças climáticas no risco da cultura da soja e suas implicações no seguro agrícola**. 2020. 186f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Escola de Economia, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2020.

OZAKI, V. Uma digressão sobre o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural e as implicações para o futuro deste mercado. **RESR**, Piracicaba, v. 48, n. 04, p. 495-514, out./dez. 2010.

PIMENTEL, P. **Programa de subvenção ao prêmio do seguro rural: uma análise crítico-comparativa**. 2017. 37f. Trabalho de conclusão de curso (Monografia) – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

PINA, R. No Brasil, 2 mil latifúndios ocupam área maior que 4 milhões de propriedades rurais. **Brasil de Fato**. 26 jul. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/07/26/no-brasil-2-mil-latifundios-ocupam-area-maior-que-4-milhoes-de-propriedades-rurais>. Acesso em: 08 fev. 2021.

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS. SUSEP. **Site**. Disponível em: <http://www.susep.gov.br/menu/informacoes-ao-publico/planos-e-rodutos/seguros/seguro-rural>. Acesso em: 06 fev. 2021.